

A cartografia do poder senhorial: cafeicultura, escravidão e formação do Estado nacional brasileiro, 1822-1848

Rafael Marquese
Ricardo Salles

O MAPA DE 1848 E A CARTOGRAFIA DAS FAZENDAS DE CAFÉ

Em 1848, o engenheiro militar e coronel Conrado Jacob de Niemeyer, então superintendente da fazenda imperial de Santa Cruz, localizada na província do Rio de Janeiro, coordenou a composição e impressão de um ambicioso mapa da propriedade e de seu entorno. Dentre suas peculiaridades, encontra-se a combinação simétrica de representações planimétricas e vistas frontais dos edifícios que compunham o complexo do palácio imperial de Santa Cruz (parte direita do mapa) com uma representação cartográfica dos imensos fundos territoriais dos antigos domínios jesuíticos, da baía de Mangaratiba ao rio Paraíba do Sul (parte esquerda). Nesta segunda sessão, destaca-se a anotação, muito rara no Brasil, das fronteiras de diversas propriedades rurais, nas quais foram anotados os nomes de seus respectivos donos (Imagem 1). Essa última característica torna o mapa da fazenda de Santa Cruz uma peça ímpar para a análise da história do Império do Brasil, em que pouco – ou mesmo nada – se mapeou a estrutura fundiária. O contraste entre esse documento único e as práticas cartográficas vigentes em outros espaços de fato chama a atenção. Em projeto comparativo sobre as zonas de ponta da chamada “Segunda Escravidão” (baixo vale do rio Mississippi, zona algodoeira; ocidente de Cuba, zona açucareira; Vale do Paraíba, zona cafeeira), foi possível constatar essa especificidade do Brasil.¹

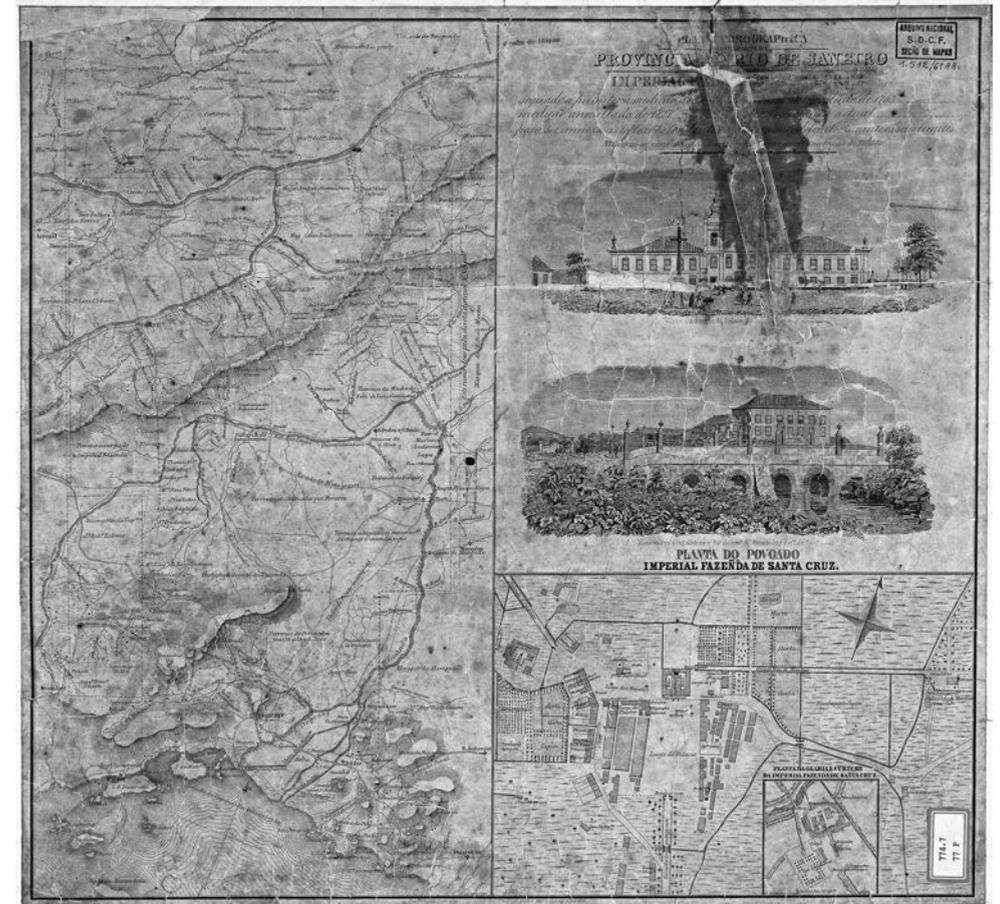


Imagem 1: Planta corográfica de uma parte da província do Rio de Janeiro na qual se inclui a Imperial Fazenda de Santa Cruz segundo as primitivas medições dos jesuítas em 1729 e remedição de 1783, medição anulada de 1827 e de sua posse atual para ser anexa às reflexões tendentes a determinar definitivamente os seus limites. (Acervo: Arquivo Nacional, ref.: BR RJANRIO 4Y.0.MAP.50)

O presente capítulo parte da seguinte pergunta: por que o mapa de Niemeyer constitui peça única no Brasil imperial, quando, na quadra histórica oitocentista, os Estados nacionais americanos e os poderes coloniais europeus demonstravam intensa preocupação com o mapeamento de territórios e de recursos naturais? Por meio do exame do mapa de 1848, iremos explorar em que medida os processos de construção dos Estados nacionais da Segunda Escravidão envolveram graus distintos de esquadriçamento de territórios e de relações entre as estruturas do poder político

¹ O projeto, financiado pela *Getty Foundation* e desenvolvido entre 2005 e 2009, foi desenvolvido pela equipe composta por Reinaldo Funes, Rafael Marquese, Dale Tomich e Carlos Venegas.

e suas bases sociais de sustentação, notadamente junto às classes de proprietários de terras e escravos. Em outras palavras, ao procurarmos uma resposta para a pergunta concernente ao caráter singular do mapa de 1848, poderemos iluminar o processo mais amplo de formação da classe senhorial escravista no Vale do Paraíba e suas relações com a construção do Estado nacional brasileiro.

A composição do mapa de Niemeyer, em fins da década de 1840, remonta aos anos imediatamente posteriores à independência do Brasil, quando uma disputa por terras opôs, de um lado, a primeira geração de cafeicultores escravistas do Vale do Paraíba ocidental, e, de outro, D. Pedro I. Acompanhar essa disputa nos permitirá compreender o papel do processo de penetração do café na região, especialmente em uma área-chave, o Médio Vale do Paraíba, para a configuração do poder senhorial. Examinaremos a formação de suas primeiras fazendas; o suporte que seus donos de terras e escravos deram ao projeto de rompimento das relações com a metrópole, capitaneado pelo próprio príncipe português; o progressivo divórcio posterior entre D. Pedro I e os grupos escravistas em ascensão, que culminou com sua abdicação em 1831; a articulação do Regresso Conservador como parte do processo de formação da classe senhorial radicada no Vale e consolidação do Estado imperial; a coroação do novo imperador em 1840 e o arranjo político então construído. Nesse percurso, poderemos, enfim, entender o que Niemeyer pretendia em 1848.

A FAZENDA DE SANTA CRUZ, A MONTAGEM DA CAFEICULTURA ESCRAVISTA NO VALE DO PARAÍBA OCIDENTAL E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

O rio Paraíba do Sul nasce em terras paulistas, na confluência dos rios Paraitinga e Paraibuna, na Serra do Mar. Ele corre, inicialmente, em direção oeste, até a altura de Jacareí, quando faz uma inflexão para o Norte e em direção a leste, adentrando terras fluminenses, até dobrar ao sul e desembocar no Oceano Atlântico em São João da Barra. Seu percurso é paralelo ao Oceano Atlântico, formando e ocupando uma grande calha que se situa entre a Serra do Mar, que se alastra paralela e próxima ao litoral, e Serra da Mantiqueira, que divide o Vale do Paraíba do altiplano mineiro. O Vale do Paraíba, por suas características geológicas, pode ser dividido em Alto Vale, compreendendo a região mais elevada, incrustada na Serra do Mar,

onde nasce o rio, em São Paulo; o Médio Vale, que nos interessa mais de perto, compreendendo as terras que vão de Cachoeira Paulista até Itaocara, no Rio de Janeiro; o Baixo Vale, quando o rio Paraíba vai se nivelando, aos poucos, até a foz na Baixada Campista. No século XIX, a expansão do café, que chegou à região por diferentes vias, converteu o vale geográfico em uma unidade socioeconômica e ambiental, com ligações diretas com a Zona da Mata mineira, o norte da província de São Paulo, a baía de Ilha Grande, o nordeste da província do Rio de Janeiro, a zona canavieira de Campos, a Baixada e o Recôncavo em torno da Baía de Guanabara e, finalmente, com a praça mercantil do Rio de Janeiro e a Corte imperial. É essa região que, seguindo o geógrafo Orlando Valverde, denominamos de Bacia do Paraíba.² Num segundo círculo de desdobramento, essa região escravista, organizada em torno do café e, em menor dimensão, em torno da cana-de-açúcar, conectava-se com o restante das províncias de Minas Gerais e São Paulo, com ramificações para o extremo meridional da América portuguesa, constituindo a região Centro-Sul.

As terras compreendidas pelo Médio Vale do Paraíba no século XVIII, e, particularmente, a porção ocidental do Médio Vale, foram regidas no período colonial pela política de terras proibidas, que visava interditar o contrabando de ouro e diamantes, o que, por sua vez, permitiu que populações indígenas continuassem a habitar a região até o início do século XIX.³ Não obstante, durante os setecentos, a Coroa portuguesa promoveu a ocupação de faixas dessa região por meio da concessão de sesmarias em dois grandes eixos. O primeiro corria *grosso modo* de sul a norte, ao longo do chamado Caminho Novo de Paes Leme, que ligava o porto do Rio de Janeiro às Minas Gerais.⁴ O segundo eixo dispunha-se em uma faixa de leste a oeste, em torno da Estrada Geral para São Paulo. É ele que nos interessa mais de perto.

2 VALVERDE, Orlando. A fazenda de café escravocrata no Brasil. 1. ed. 1965. In: _____. *Estudos de geografia agrária brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985.

3 Sobre a política de zonas proibidas, ver, dentre outros, ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: Violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. Como ressalta Marina Monteiro Machado (*Entre fronteiras: terras indígenas nos sertões fluminenses (1790-1824)*). 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. p. 35), as populações indígenas que habitavam o Vale foram importantes para a eficácia relativa do bloqueio à colonização na região durante o século XVIII.

4 Sobre as sesmarias concedidas nesse eixo, ver LEMOS, Marcelo Sant'Anna. *O índio virou pó de café? A resistência dos índios Coroados de Valença frente à expansão cafeeira no Vale do Paraíba (1788-1836)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. p. 39. Para o processo mais amplo,

promovida pelo futuro marquês de Pombal – dentre as quais se assomam a mudança da sede do vice-reinado para o Rio de Janeiro e os esforços para dinamizar a agricultura escravista da América portuguesa por meio do estímulo a novos produtos e à ocupação de áreas despovoadas – trouxe grandes implicações para a história de Santa Cruz, transformada em patrimônio da Coroa de Portugal. No período pombalino, verificou-se uma concessão mais sistemática de sesmarias em terras de serra acima da fazenda, iniciando-se, para todos os efeitos, o processo de privatização do antigo domínio inaciano. Afora o entorno do Caminho Novo da Piedade, foram concedidas, a partir de 1764, várias sesmarias na calha do rio Pirai, um afluente da margem direita do Paraíba, logo transformada em zona de fricção com os índios, que, contudo, não demorariam a ficar confinados à margem esquerda.⁹

Nesse meio tempo, a área da baixada entrava em um período de regressão econômica aguda, em decorrência da dilapidação do patrimônio pecuário por particulares, da ausência de manutenção do sistema de canais, dos problemas com a escravaria. Na década de 1790, sucederam-se planos de recuperação econômica da fazenda Real, que procuraram retomar a antiga opulência pela aplicação de estratégias de gestão, muitas das quais se inspiravam nas práticas jesuíticas. Na documentação produzida nessa ocasião, lemos os primeiros registros de cultivo de café nas terras da fazenda real, mas, em uma data tardia como 1804, o terreno de serra acima formalmente pertencente à Coroa (mesmo que com a presença de sesmeiros e posseiros) ainda era descrito como “mais inculto, e em parte mais fragoso, [...], dilatando-se ao ocidente para o sertão da Paraíba do Sul, onde confina com seis léguas ainda não reconhecidas completamente, e nem tão pouco demarcadas.” Essas terras, no entanto, muito prometiam caso fossem solucionados os problemas relativos ao acesso:

sendo também esta segunda parte de admirável qualidade, fertilíssima, e especial: porque oferece nos seus produtos ao agricultor cento por um: tem contudo o defeito de serem mais demorados os transportes, ainda que poderão melhorar à medida do tempo da indústria da crescida população, dos interesses, e comércio.¹⁰

9 Para o impacto geral da política de fomento ilustrada pós-1763 sobre a zona da fazenda de Santa Cruz, ver SANCHES, Marcos Guimarães. Sertão e fazenda: ocupação e transformação da serra fluminense entre 1750 e 1820. *RIHGB*, v. 151, n. 366, p. 16-41, jan.-mar. 1990; sobre as sesmarias, FRIDMAN, 2001-2002, p. 315; sobre os índios, LEMOS, 2004, p. 37-43.

10 REYS, Manoel Martins do Couto. Memórias de Santa Cruz: seu estabelecimento e economia primitiva – seus sucessos mais notáveis, continuados do tempo da extinção dos denominados jesuítas, seus fundadores, até o ano de 1804. *RIHGB*, v. 17, p. 143-144, abr. 1843. Para uma análise desses planos

No início do século XIX, o café começou a se firmar ao longo do Caminho Novo da Piedade, sempre combinado com outras atividades como a produção de açúcar, de aguardente e de mantimentos, ou a criação de animais.¹¹ O estabelecimento da família real portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, trouxe um renovado impulso para a cafeicultura e demais atividades econômicas, seja pelo simples aumento da demanda urbana, seja pelo incremento do fluxo de capitais, abertura de novas vias e intensificação do tráfico negreiro transatlântico.¹² Todas essas transformações se articularam diretamente à organização espacial da fazenda de Santa Cruz, tanto na baixada quanto na serra. Se modificações importantes, como a montagem e o posterior leilão dos engenhos de Itaguaí e Piaí (adquiridos, em 1806, pelo grande traficante de escravos Antonio Gomes Barroso), antecederam a chegada da comitiva de D. João ao Rio de Janeiro, foi com sua Corte que os usos da fazenda de Santa Cruz adquiriram novo sentido.¹³ Já em 1808, o príncipe regente converteu a antiga sede jesuítica em palácio real, com amplas reformas no risco arquitetônico para adequá-la à nova função. Ao mesmo tempo em que transformava a antiga morada jesuítica em palácio, na zona de serra acima, o príncipe regente concedia amplas sesmarias na fronteira norte da fazenda, isto é, na margem esquerda do rio Paraíba, território indígena que estava sendo “clareado” com o estabelecimento de aldeamentos em futuras terras da vila de Valença e com o fim definitivo da política de “zonas proibidas”.¹⁴ Adotou-se, com essas concessões, um novo padrão: seguindo as normativas do alvará de 5 de outubro de 1795 – que estipulavam a obrigatoriedade de demarcação e medição prévia das terras a serem dadas em sesmarias, confirmadas por alvará firmado já no Rio de Janeiro –, em 25 de janeiro de 1809, o terreno além-Paraíba foi mapeado

de recuperação da fazenda em fins do século XVIII, ver ENGEMANN, Carlos; RODRIGUES, Cláudia; AMANTINO, Márcia. Os jesuítas e a Ilustração na administração de Manoel Martins do Couto Reis da Real Fazenda de Santa Cruz (Rio de Janeiro, 1793-1804). In: ENGEMANN, Carlos; AMANTINO, Márcia (Org.). *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013. p. 291-314.

11 Esse processo é bem documentado pelas listas nominativas de habitantes compostas para a capitania de São Paulo. Ver, dentre outros, MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 1999. p. 109-126; e LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2005. p. 81-106.

12 Sobre a questão, ver o capítulo 1 deste livro.

13 FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz: fazenda jesuítica, real, imperial – vice-reis e reinado, 1760-1821*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1987a. v. 2 de 3.

14 Sobre a política de aldeamentos dos coroados, ver LEMOS, 2004, e MACHADO, 2010.

“serra cima” foi, em larga medida, mas não exclusivamente, decorrente da vinda da Corte para o Brasil, o movimento de “serra abaixo” obedecia a influxos mais antigos de expansão e povoamento, originários da ampliação e diversificação da economia mineradora, principalmente em sua fase de declínio a partir da segunda metade do século XVIII.¹⁹ Quando da necessidade de costurar uma ampla base de apoio para seu projeto político contra as determinações das Cortes de Lisboa, o príncipe regente D. Pedro se fiou nessas amplas redes de negócio e de família que articulavam as províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e que tinham na zona ocidental do Vale do Paraíba um de seus principais *loci*. Em abril de 1821, no episódio crucial da Assembleia na Praça do Comércio, Joaquim José Pereira do Faro, sesmeiro e cafeeiro em Pirai e Valença, fora eleito para a Junta Provisional que auxiliaria o regente na inspeção dos atos dos Ministros de Estado indicados por Lisboa. Algo semelhante pode ser observado na viagem realizada em março/abril de 1822 para Minas Gerais e, em especial, na viagem de agosto/setembro para São Paulo. A passagem de D. Pedro pelo Vale do Paraíba foi calculada com o objetivo de obter o suporte de todos os potentados em ascensão, que, com seus filhos, formaram a Guarda de Honra do príncipe regente – o que incluía os irmãos Breves.²⁰

desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. *Revista de História*, São Paulo: USP, p. 223-254, 2. sem. 2013.

- 19 Esses dois movimentos se retroalimentaram e antecederam a vinda da Corte para o Rio de Janeiro. Toda a região do sul de Minas, principalmente a Comarca do Rio das Mortes, em torno de São João del Rei, com irradiações pela Zona da Mata e pelo Vale do Paraíba, foi irrigada pela produção de gêneros de abastecimento (grãos, carnes, queijos, aguardente, entre outros), através de caminhos e estradas locais, percorridos por tropas de muare, que visavam tanto a própria zona de mineração quanto a cidade do Rio de Janeiro. Esta, por sua vez, era o grande centro fornecedor de cativos para o interior, tanto para as minas quanto para a zona de abastecimento. Caio Prado Júnior, em *Formação do Brasil contemporâneo*. (São Paulo: Brasiliense, 1969. 1. ed. 1942), já havia chamado a atenção para a formação e a força dessa economia mercantil de abastecimento. Cf. LENHARO, 1992, p. 60-61, que salienta a contribuição pioneira do historiador paulista. Além da região mineradora, em torno do eixo Rio de Janeiro/São João del Rei gravitavam o sul da colônia portuguesa, o interior paulista, toda a zona da Baixada Campista no Rio de Janeiro, indiretamente, Bahia e Pernambuco, e todo o comércio de escravos com a costa ocidental da África, principalmente em sua zona central (cf. FRAGOSO, 1992). Na verdade, foram essas condições socioeconômicas mais amplas que, em parte, propiciaram a vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, que, por sua vez, fortaleceu, expandiu e consolidou o papel do Rio de Janeiro e do centro-sul no Império português.
- 20 Sobre a Assembleia da Praça do Comércio, ver SOUSA, Octávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*: a vida de D. Pedro I. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960. t I de III, v. II, p. 237-238, 285-286; e OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Imbricações entre política e negócios: os conflitos na Praça do Comércio do Rio de Janeiro, em 1821. In: MARSON, Izabel; OLIVEIRA, Cecília H. L. de S. (Org.). *Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil*: 1780-1860. São Paulo: Edusp, 2013. p. 69-107. Sobre as viagens de D. Pedro, ver BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Itinerário da Independência*. Rio

O projeto de independência capitaneado por D. Pedro, enfim, contou com o suporte decisivo de uma série de agentes econômicos que operavam na zona compreendida pela antiga fazenda de Santa Cruz, tanto na Baixada como na Serra: grandes traficantes e negociantes, como Antonio Gomes Barroso e Joaquim José Pereira de Faro, bem como o crescente de proprietários escravistas que estavam abrindo fazendas ao longo do Caminho Novo da Piedade e nas terras serra acima que haviam pertencido a Santa Cruz – os irmãos Breves, José Gonçalves de Moraes, Hilário Gomes Nogueira, Brás de Oliveira Arruda, dentre outros. O Escudo de Armas do Brasil, estabelecido em 18 de setembro de 1822, logo após a viagem de D. Pedro pelo Caminho Novo da Piedade, pode ser tomado como um reconhecimento do peso crescente do café para a economia do império recém-fundado. O ramo de tabaco, um dos principais produtos da área de Baependi, no sul de Minas, por sua vez, expressava a via especificamente interiorana na formação desse complexo socioeconômico que estava na base do novo império.

O TOMBO DE 1827 E A REAÇÃO DOS FAZENDEIROS

O palácio da fazenda de Santa Cruz era o preferido do primeiro imperador do Brasil. Desde sua adolescência, quando seu pai havia modificado os usos dados àquele espaço pelos jesuítas e pelos administradores coloniais que se seguiram à expulsão da ordem, D. Pedro tinha por costume realizar longas estadias na fazenda. Entre 1826 e 1828, procedeu a uma ampla reforma da fachada e da arquitetura interna do palácio, sob o encargo do engenheiro militar francês José Pezerat, que lhe conferiu as feições neoclássicas observáveis na parte direita do mapa de Niemeyer (Imagem 1). Naquela altura, o superintendente da fazenda imperial de Santa Cruz era Boaventura Delfim Pereira, barão de Sorocaba, título recebido em 12 de dezembro de 1826. Delfim Pereira fora nomeado para administrar a propriedade nacional em 21 de abril de 1824, pouco após D. Pedro I ter um caso com sua esposa, Maria Benedita de Castro Canto e Melo, irmã de Domitila de Castro Canto e Melo, a futura marquesa de Santos (também em 12 de dezembro de 1826).²¹

de Janeiro: J. Olympio, 1972, e Id. *D. Pedro*: jornada a Minas Gerais em 1822. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1973; SCHNOOR, 2005; BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. Bases territoriais e ganhos compartilhados: articulações políticas e projeto monárquico-constitucional. In: MARSON, Izabel; OLIVEIRA, Cecília H. L. de S. (Org.). *Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil*: 1780-1860, p. 139-166.

- 21 As relações entre o *affair* de D. Pedro com Maria Benedita, cuja filha com o imperador nasceu em novembro de 1824, e a nomeação de Delfim Pereira para Santa Cruz, em abril daquele ano, foram estabelecidas por SOUSA, Octávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*: a vida

Durante a administração de Delfim Pereira, a lua de mel entre D. Pedro I e os fazendeiros de serra acima azedou. A questão fundiária na fazenda de Santa Cruz esteve no centro dessa virada. A conjuntura era amplamente favorável ao crescimento da atividade cafeeira, e esses fazendeiros vinham promovendo uma forte expansão de seus investimentos em terras e escravos na área. A delimitação das propriedades, nestas circunstâncias, ganhou, então, uma relevância que não tinha tido até aquele momento.

Desde a expulsão dos jesuítas, havia uma imprecisão quanto aos fundos territoriais da fazenda. Uma medição iniciada em 1783 fora suspensa em 1784, retomada em 1787, e considerada inválida em 1814. Por Decreto de 10 de outubro de 1820, D. João VI mandou que se fizesse nova medição e demarcação do *Tombo* da propriedade, aviventando os marcos da medição jesuítica de 1731. A necessidade de corrigir ou sanar as imprecisões, atualizando o conhecimento exato do que realmente pertencia à Coroa, era evidente. Desde 1808, houvera um processo de amplas concessões de sesmarias serra acima, precedidas pelas sesmarias concedidas, após 1763, ao longo do Caminho Novo da Piedade e na calha do rio Pirai. Como vimos, essa onda de concessão de sesmarias e de ocupação territorial expressava o aquecimento da economia colonial na hinterlândia carioca que vinha ocorrendo desde fins do século XVIII. Foi essa aceleração e seu correspondente adensamento social, com a formação de uma camada social superior de grandes comerciantes, traficantes e proprietários escravistas, que deu sustentação ao estabelecimento da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, e não na Bahia. No reverso da medalha, o evento de 1808 aprofundou o processo de fortalecimento desse novo grupo social dominante. A Independência do Brasil, em 1822, capitaneada pelo príncipe português e sustentada, material e socialmente, pelos grandes proprietários, comerciantes e traficantes fluminenses, mineiros e paulistas, aparentemente representou o ponto de chegada de todo esse processo. No entanto, mais correto seria considerá-la como o ponto de partida da consolidação de uma nova classe senhorial.

Em 19 de dezembro de 1823, D. Pedro I suspendeu a medição das sesmarias concedidas em anos anteriores que se acreditava estarem dentro da fazenda de Santa Cruz, até a feitura do novo Tombo determinado pelo Decreto de outubro de 1820. O Conselho de Fazenda do Império, em consulta de 5

de julho de 1824, afirmou que a medição de 1731 ainda era válida, sendo desnecessário, portanto, a confecção de um novo mapa da propriedade, como advogava o desembargador procurador da Fazenda Nacional, José Joaquim Nabuco de Araújo. Em 2 de setembro de 1824, o imperador demonstrou aparente concordância com o parecer do Conselho. Poucos meses depois, no entanto, ocorreu uma grande reviravolta: noticiou-se, em 28 de fevereiro de 1825, que os originais do Tombo de 1731, ao serem transportados do palácio de Santa Cruz para o palácio de São Cristóvão, haviam sido roubados em Campo Grande, por marginais de beira de estrada. Instaurado o inquérito, nada se apurou. Diante do sumiço dos originais, o que restava fazer senão proceder a uma nova medição? Era o que Delfim Pereira vinha advogando desde que se tornara superintendente de Santa Cruz em 1824, e que a bandidagem miúda tornara necessidade com o assalto de fevereiro de 1825. Mas havia bandidagem graúda nessa história: um mês após o 7 de abril de 1831, quando D. Pedro I foi forçado a renunciar ao Império do Brasil em nome de seu filho, foram encontrados em seu gabinete os originais do Tombo de 1731, os mesmos que teriam sido furtados seis anos antes.²²

Imperador envolvido em adultérios, filhos fora do casamento, assaltos fajutos: dias animados, esses do Primeiro Reinado. A despeito de, desde 1822, haver cópia do Tombo original feita pelo tabelião Caetano de Oliveira Gusmão, Delfim Pereira – sempre com a anuência, ainda que não explícita, de D. Pedro I – tocou adiante o novo processo de medição, que tampouco foi tranquilo. No meio da tarefa, quando os pilotos preparavam-se para iniciar a medição serra acima, o engenheiro militar César Cadolino recusou-se a incluir nos fundos da fazenda imperial as terras do antigo sesmeiro Manoel Pereira Ramos, confinante dos jesuítas em 1731. Consequência: foi demitido pelo novo barão de Sorocaba. Em 24 de julho de 1827, o superintendente, não obstante pequenos percalços como esse, deu a medição por concluída. O importante a registrar é que, com este novo mapeamento, a fazenda imperial de Santa Cruz avançara bastante para a margem esquerda do rio Paraíba, passando a englobar praticamente toda a calha do rio Pirai (Imagem 4).

de D. Pedro I, t. II, p. 612-613. Sobre Delfim Pereira à frente de Santa Cruz, ver FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz: fazenda jesuítica, real, imperial – Império, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1987b. v. 3 de 3, p. 125-129.

22 Para todo o episódio da confecção do *Tombo* de 1827, ver os ótimos esclarecimentos de Antonio Keating inseridos em FREITAS, 1987b, p. 213-217. A notícia sobre os originais do Tombo de 1731 encontrados no gabinete de D. Pedro I, em maio de 1831, pode ser lida em *A Verdade*, 19 de Outubro de 1833, p. 1-2.



Imagem 4: Mapa da medição de 1827. In: O TOMBO ou cópia fiel da medida e demarcação da Fazenda Nacional de Santa Cruz, e possuída pelos padres da Companhia de Jesus, por cuja extinção passou. Rio de Janeiro: Tipografia de Lessa & Pereira, 1829. Em cinza, terras na calha do Paraíba. (círculo preto) e na margem esquerda do Paraíba (círculo branco). (Acervo: Fundação Biblioteca Nacional, Brasil)

Vejam, com uma notação nossa feita no mapa de Niemeyer (Imagem 5), quais eram as implicações desta nova medição para a configuração fundiária do Vale do Paraíba: em preto, vemos o que eram os fundos da fazenda quando Niemeyer foi seu superintendente, em 1848; em pontilhado, a área do mapeamento jesuítico de 1731; em branco, o que resultou da medição promovida por Delfim Pereira em 1827. De um momento para outro, muitas das sesmarias concedidas entre 1763 e 1822 passariam a fazer parte da fazenda de Santa Cruz e, portanto, estariam compelidas a pagar foros, ou, no limite, a serem restituídas, haja vista a suspensão do estatuto das sesmarias em 1822.

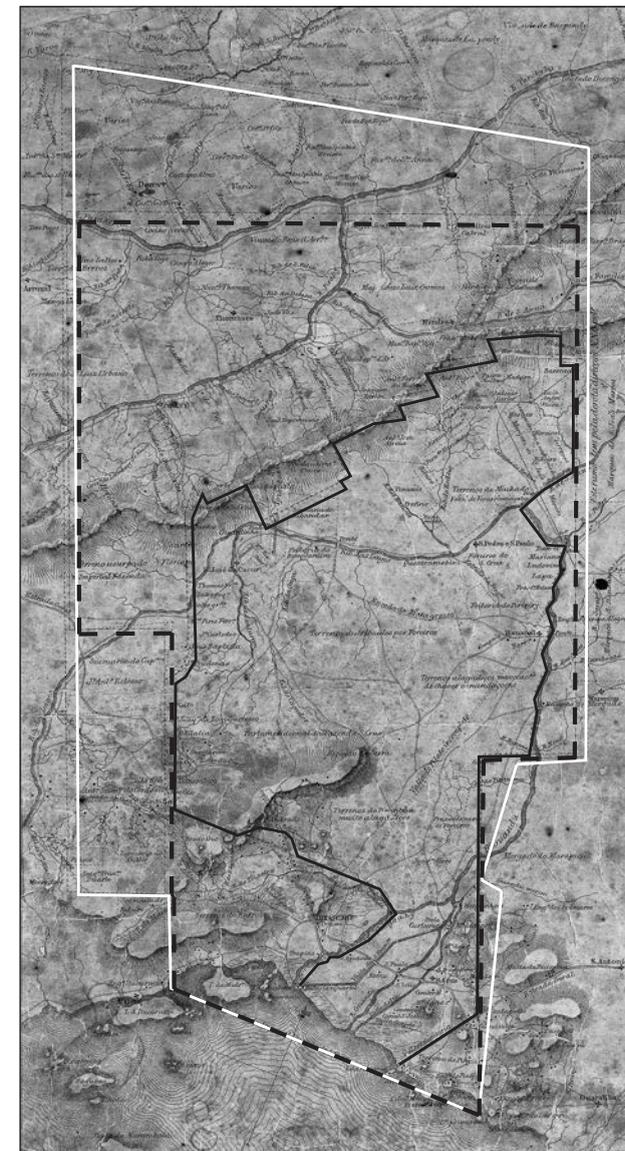


Imagem 5: detalhe da Imagem 1

Para chegar ao que Niemeyer cartografou em 1848, os fazendeiros do Vale do Paraíba tiveram que agir politicamente, o que fizeram assim que se tornou público o resultado da medição de 1827. A dianteira foi tomada pela imprensa liberal, já em franca campanha de oposição a D. Pedro I. Em 11 de agosto de 1828, o jornal *Astréa* afirmava que

uma questão de grande importância, e em que se acha comprometida a propriedade de muitos cidadãos, qual tem sido a da nova medição da nacional Fazenda de Santa Cruz, merece que dela se dê informação ao público, para que consultando o que aqui se refere, e os Documentos que irão aparecendo pelos tipos, façam juízo de uma atroz injustiça, em que parecem calcar-se a equidade a Constituição, e as Leis com escândalo, e prepotência.

Com essas palavras, anunciava-se que o combate se daria em torno dos limites da ordem constitucional da novíssima monarquia brasileira. Toda a sequência de publicações nos meses seguintes repisou esse ponto, salientando as irregularidades da medição de 1827, sua ausência de amparo legal ao negar validade aos títulos de sesmaria há muito sancionados pelos reis de Portugal e regularmente exploradas, com atividades agrícolas, pelos seus donos, e o quanto ela afrontava a carta outorgada em 1824 ao atacar os direitos de propriedade dos fazendeiros.²³

É importante lembrar que a erosão do capital político de D. Pedro I com os fazendeiros do Vale do Paraíba vinha, pelo menos, desde junho de 1827, quando a convenção antitráfico assinada com a Grã-Bretanha em novembro de 1826 chegara à Câmara dos Deputados. Para além das substantivas defesas do tráfico negreiro e da escravidão como forma de inscrição positiva do Brasil no concerto das nações modernas, a linha de frente pró-escravista da Câmara valeu-se da discussão sobre a natureza do regime constitucional em construção para questionar o acordo que D. Pedro I firmara com os britânicos. Em pauta, o equilíbrio dos poderes e a natureza da responsabilidade ministerial sobre assuntos que feriam a independência nacional, tendo em vista que a pessoa do imperador, conforme a carta que ele próprio outorgara em 1824, era inviolável. Abdicar da soberania brasileira em matéria tão sensível para a viabilidade econômica do Império, como era o tráfico transatlântico de escravos, por uma medida exclusiva do Executivo, sem que ela passasse pelo crivo do Poder Legislativo, representava, para os deputados pró-escravistas, a corrupção do princípio constitucional elementar de equilíbrio de poderes.²⁴ Tal como nas vindicativas da imprensa liberal em torno da medição da fazenda de Santa Cruz, o que estava em debate,

portanto, era o caráter da prática do exercício do poder por D. Pedro I, ou seja, se ela era efetivamente constitucional ou se, ao contrário, expressava um conteúdo marcadamente absolutista. Para o conjunto dos fazendeiros de Piraí, o tratado ratificado em 1827 com a Grã-Bretanha era uma calamidade, tendo-se em conta a necessidade incessante de mais escravos para responder à bonança cafeeira. Para alguns deles, a matéria do tráfico era ainda mais sensível. Naqueles anos, por exemplo, os irmãos Breves já se destacavam por seus negócios negreiros transatlânticos.²⁵

Diante das negativas dos porta-vozes da Coroa de que nada havia sido feito de ilegal em vista do roubo da documentação de 1731, o que impusera a necessidade de uma nova medição, os fazendeiros – com o auxílio da pena do “Zelador do Direito de Propriedade”, autor anônimo responsável por grande parte dos textos que apareceram na imprensa em 1828 e 1829 – deram um passo ousado em dezembro de 1829, mandando imprimir um grosso volume com a transcrição completa do levantamento jesuítico do século XVIII, com os mapas demonstrativos daquela medição, contrastados com o mapa da medição de 1827 (Imagem 4) promovida por Delfim Pereira – que, aliás, falecera há pouco, em março daquele ano. Ou seja, o documento dos inacianos existia, estava disponível em cópia nos cartórios do Rio de Janeiro, e vinha à luz para esclarecer a chamada “opinião pública”. O mais importante, no entanto, não era tanto o Tombo de 1731, e sim as representações “à Nação” que lhe foram acrescentadas.²⁶

A que abria o volume, de 20 de novembro de 1829, era assinada pelo “Zelador”, e sumariava os argumentos esgrimidos em mais de um ano de campanha na imprensa. Na avaliação dos fazendeiros, o impulso imperial para a nova medição resultara diretamente do sucesso econômico da atividade cafeeira:

a nossa indústria, e desvelado trabalho de tantos anos, à custa de imenso dispendio, e fadigas, fora abençoado pela Providência; mas suscitou a cobiça desses homens, já de longe afeitos a sangrar os Povos, para com seus despojos irem negociar aos pés do Trono, e à face da Nação, iludindo a um, e oprimindo a outra.

23 Dentre a pesada campanha da imprensa liberal em torno da querela da fazenda Santa Cruz, ver os artigos em *Aurora Fluminense*, 13 e 27 de agosto, 1 e 29 de setembro, e 3 de outubro de 1828; *Astréa*, 27 de setembro de 1828; *Astro de Minas*, 18 de setembro de 1828; *A Malagueta*, 13 de janeiro, 6 de fevereiro e 28 de abril de 1829.

24 PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 64-80.

25 LOURENÇO, Thiago C. P. Os Souza Breves e o tráfico ilegal de africanos no litoral sul fluminense. In: MATTOS, Hebe (Org.). *Diáspora negra e lugares de memória: a história oculta das propriedades voltadas para o tráfico clandestino de escravos no Brasil imperial*. Niterói: Eduff, 2013. p. 11.

26 Salvo engano nosso, Affonso Taunay, (*História do café no Brasil*. Rio de Janeiro: DNC, 1939. v. 5 de 15, p. 257-259), foi o primeiro a chamar a atenção para esse documento importantíssimo para a história do café no Primeiro Reinado. Sanches, Sertão e fazenda, e Fridman, Do chão religioso à terra privada, também dele se utilizaram, mas em uma chave de leitura distinta da que apresentamos aqui.

Pelo que se pode notar na última oração, a representação modulava com cuidado o ataque a D. Pedro I, manejando o velho *topos* do desconhecimento do monarca em relação ao que era feito em seu nome. Parece claro que o grupo em nome do qual o “Zelador” falava pretendia deixar uma linha de escape para o imperador, que não era diretamente responsabilizado pelo que ocorria. Nesse contexto, contudo, em que a vida pessoal questionável do imperador era alvo constante da oposição liberal, atacar Delfim Pereira não poderia deixar de ser lido pelos coevos como um ataque – mesmo que indireto – a D. Pedro I. A artilharia por vias tortas contra o imperador também procurou se valer da carta por ele outorgada em 1824. A atuação da oposição apresentava-se como um esforço genuíno, patriótico, de fortalecimento da ordem liberal no Brasil. “Os abusos do Poder Judiciário tem sido o nosso flagelo, e o Poder Executivo até agora surdo aos nossos ais”: o que mais sobrava aos fazendeiros senão recorrer ao Poder Legislativo e à “Opinião Pública, esse Poder sobre-Soberano, que mais tarde ou mais cedo se faz obedecer, aplicando já a censura, já o desprezo, e a infâmia, e afinal as penas legais”?²⁷

A carga mais pesada veio com as representações inseridas ao final do volume. No que se refere à argumentação, nada de novo em relação ao que aparecera na imprensa entre agosto de 1828 e novembro de 1829, e que fora sumariado na abertura do volume. O ponto chave estava na identificação de quais eram os agentes diretamente interessados na matéria.

SENHOR = O Sargento Mor José Luiz Gomes, O Coronel José Gonçalves de Moraes por si, e seus filhos, o Coronel Joaquim José Pereira do Faro por si, e seus filhos, o Capitão Mor José de Souza Breves, O Capitão Antônio Gonçalves de Moraes, o Reverendo Joaquim José Gonçalves de Moraes, o Capitão Manoel Thomás da Silva, o Capitão Joaquim Gomes de Souza, o Padre Gonçalves de Moraes, Francisco Luís Gomes, Antônio Esteves de Magalhães Pusso, José Correia Porto, Joaquim Antônio de Oliveira, e outros, fundados no §.30.do art. 179 da Constituição, e bem assim no art. 99, vêm à Presença Augusta de V.M.I., esperando benigno acolhimento à presente súplica, de que não pouco depende o crédito do governo Imperial, pois que a nação inteira espera ansiosa o resultado da luta entre os Suplicantes e alguns Agentes do poder que nela comprometem a glória de Vossa Majestade Imperial, julgando fazer serviços.²⁸

Coronel Joaquim José Pereira do Faro, primeiro barão do Rio Bonito, que já vimos atuando no processo de independência; José Luiz Gomes, futuro barão de Mambucaba; José Gonçalves de Moraes, em breve barão

27 O TOMBO ou cópia fiel da medição, e demarcação da Fazenda Nacional de Santa Cruz..., p. i-xiii..

28 *Ibid.*, p. 129.

de Pirai; Antonio Gonçalves de Moraes, primogênito do barão de Pirai, casado com uma das filhas de Mambucaba; padre Joaquim José Gonçalves de Moraes, irmão do barão de Pirai; capitão-mor José de Souza Breves, primo de Mambucaba, pai de um filho homônimo e de Joaquim José de Souza Breves, os dois últimos casados com filhas do barão do Pirai, e donos, na segunda metade do século XIX, de uma das maiores – senão a maior – escravarias do Império do Brasil.²⁹ Como se vê, um grupo coeso, poderoso, que tivera papel importante no momento da costura da independência do Brasil, e que vinha cobrar a fatura de seu apoio anterior a D. Pedro I, “esperando benigno acolhimento à presente súplica, de que não pouco depende o crédito do Governo Imperial”. Essas figuras de proa do senhoriato de Pirai puxaram um abaixo assinado no qual constavam 168 proprietários, que, em conjunto, possuíam 6.309 escravos e produziam 173.820 arrobas de café. Para não caber dúvidas em nome de que poder efetivo falavam os signatários da Representação, para cada proprietário, identificava-se o número de escravos e as arrobas de café produzidas. Joaquim Pereira de Sousa Faro e seus filhos eram os que possuíam o maior número de escravos, 540, produzindo 10.000 arrobas de café. Eram seguidos por José Gonçalves de Moraes e companhia, com 400 cativos e, igualmente, 10.000 arrobas de café. Ao todo, os 15 proprietários com cem ou mais escravos, isto é, 9% dos assinantes, tinham 2.900, ou 42%, do total de cativos e produziam 74.200 arrobas de café, 43% do total. Oitenta e oito signatários, 52% do total, tinham entre um e 19 escravos. Os 65 fazendeiros restantes, 39%, tinham entre 20 e 99 escravos. Esses dados mostram que a propriedade escravista da cafeicultura nascente já vinha ao mundo concentrada e, ao mesmo tempo, difundida.³⁰

Tal peculiaridade, e sua importância para a conformação da classe senhorial em seu domínio direto sobre terras e homens, mas também em sua relação com o poder central, era evidente na estratégia de quem assinou a representação. Tanto grandes quanto pequenos o fizeram, mas os primeiros

29 Sobre os entrelaces familiares e breves informações biográficas desses fazendeiros, ver ALEGRIO, Leila Vilela. *O café no Vale do Paraíba fluminense no século XIX: terras, fazendas, plantações, comércio e famílias*. Rio de Janeiro: Centro do Comércio de Café do Rio de Janeiro, 2008. p. 29-44.

30 Veja-se, para efeitos de comparação, as trajetórias congruentes de Vassouras e Bananal, estudadas respectivamente por SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX – senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; MORENO, Breno Aparecido Servidone. *Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafejeiras de Bananal, 1830-1860*. 2013. Dissertação (Mestrado História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. São necessárias pesquisas sobre o assunto, mas pode-se aventar que a propriedade escrava em Pirai nasceu mais concentrada do que em Bananal e Vassouras.

encabeçaram a lista e foram salientados com as marcas de asterisco. Esses signatários adotaram uma estratégia de demonstração explícita de riqueza e poder. Dentro do quadro periclitante das finanças do Primeiro Reinado e da quase que exclusiva dependência dos recursos obtidos com as taxas sobre a exportação para mantê-las de pé, os dados relativos ao volume da produção cafeeira eram uma referência direta da importância crescente do Vale do Paraíba para o Império, no exato momento em que seu comandante havia rifado o acesso irrestrito de seus fazendeiros à força de trabalho africana. O artigo 99 da Constituição de 1824, citado no trecho, rezava que “a Pessoa do Imperador é inviolável, e Sagrada: Ele não está sujeito a responsabilidade alguma.” Daí a estratégia de fustigá-lo pelo ataque indireto a seus prepostos, por meio de representações endereçadas à Câmara dos Deputados, conforme rezava o parágrafo 30 do artigo 179, também citado: “todo o Cidadão poderá apresentar por escrito ao Poder Legislativo, e ao Executivo reclamações, queixas, ou petições, e até expor qualquer infração da Constituição, requerendo perante a competente Autoridade a efetiva responsabilidade dos infratores.”³¹

Quais foram os desdobramentos parlamentares da ação dos fazendeiros e dos políticos que se valeram do caso para fustigar o primeiro imperador do Brasil? Em 5 de outubro de 1830, Bernardo Pereira de Vasconcelos, um dos expoentes da oposição liberal moderada a D. Pedro I, e que muito em breve se destacaria como o campeão do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil, apresentou à Câmara dos Deputados um projeto de lei que atendia por completo à representação dos fazendeiros de dois anos antes, anulando para todos os efeitos a medição promovida por D. Pedro I e Sorocaba entre 1825 e 1827. A classe senhorial do Vale do Paraíba já encontrara seu grande porta-voz e líder no Parlamento brasileiro. Rapidamente discutido em 13 de outubro, o projeto foi aprovado com poucas alterações, sendo finalmente sancionado por um D. Pedro I então enfraquecido. O Decreto de 25 de novembro de 1830, composto por três curtos artigos, estabelecia que a fazenda imperial de Santa Cruz compreendia “somente os terrenos em cuja efetiva e legítima posse se achava o Senhor D. Pedro I no dia 25 de março de 1824”, isto é, no dia em que foi outorgada a Constituição brasileira; todos os terrenos anexados pela medição de 1825-1827 ficavam

31 Sobre a prática mais ampla das petições ao Parlamento no Primeiro Reinado, ver PEREIRA, Vantuil. *Ao soberano Congresso: direitos do cidadão na formação do estado imperial (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010.

assim em propriedade plena de seus donos anteriores, justamente os que haviam puxado a representação de 1828.³²

Aprovado no final do ano legislativo, o Decreto de novembro foi expressão cabal da corrosão do poder de D. Pedro I e, portanto, do processo que em poucos meses levaria à sua queda. Ele deve ser lido de modo conjunto com o envolvimento do imperador com a questão dinástica portuguesa, com a derrota na Cisplatina, mas, sobretudo, com seus choques com a Assembleia Geral, nos quais a questão do encerramento do tráfico transatlântico negreiro e a afirmação da soberania nacional brasileira ocuparam papel central. O imbróglio de Santa Cruz, em realidade, representou a outra face da luta dos senhores de escravos contra o imperador que colocara em risco a reprodução de sua força de trabalho. O evento de 25 de novembro de 1830 marcou uma espécie de “desforra” dos fazendeiros, que viam seus interesses diretamente ameaçados pela iminente extinção do tráfico internacional, em relação a D. Pedro. O imperador tentou, com a medida, recuperar terreno, mas já era tarde. Para sintetizar nosso argumento, cremos que a questão da fazenda de Santa Cruz na década de 1820 deve entrar no rol dos vetores que trouxeram a queda do primeiro imperador brasileiro. E também, uma década mais tarde, da afirmação e da consolidação no poder do segundo imperador.

A AFIRMAÇÃO DO PODER SENHORIAL E O MAPA DE 1848

Até 1837, a freguesia de Sant’Anna pertenceu ao termo da vila de São João do Príncipe. Em dezembro daquele ano, foi elevada à categoria de vila de Pirai, com instalação definitiva em outubro do ano seguinte. Ao longo das décadas de 1830 e 1840, os potentados que haviam se engajado na luta contra D. Pedro I em torno dos direitos sobre suas terras promoveram vários melhoramentos na região do novo município, como a abertura e conservação de estradas e pontes e a construção da infraestrutura do espaço urbano. O paço da Câmara Municipal, por exemplo, foi erigido inteiramente a expensas de José Gonçalves de Moraes, José Luis Gomes, Joaquim Gomes de Souza, Raymundo de Souza Breves, Silvino José da Costa, Felisberto Ribeiro Franco, Carlos de Souza Pinto de Magalhães, Manoel Gonçalves Vallim, José da Conceição, Antonio José de Barros Vianna, Manoel José de

32 ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, [S.l.], p. 591, 5 out. 1830; Id., p. 600, 13 out. 1830; COLEÇÃO das Leis do Império do Brasil, 1830. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876. p. 63.

Barros Vianna, Domingo Pereira dos Santos e Manoel Gonçalves Pereira – os quatro primeiros, nomes centrais das representações de 1828 e 1829. A igreja matriz, tendo sido destruída por um incêndio, foi reconstruída entre 1839 e 1841 ao custo total de 48 contos de réis, para o que contou com uma comissão encarregada de levantar os fundos necessários entre os fazendeiros da região, composta por José Gonçalves de Moraes, José Luiz Gomes, Raimundo de Souza Breves, Manoel Gonçalves Vallim, José da Silva Penna e Francisco Marques de Moraes. Os nomes se repetem.³³

Notável, também, a expressão social e política obtida pelo grupo após a queda de D. Pedro I. José Gonçalves de Moraes recebeu o título de barão de Pirai em 1841, com grandeza em 1848. Joaquim José Pereira de Faro e filhos, centrais nas representações do final da década de 1820, teriam sua base de atuação política e econômica no município de Valença; Pereira Faro tornou-se o primeiro barão do Rio Bonito no mesmo ano em que José Gonçalves de Moraes recebeu seu título, em 1841. Como se vê, ambos foram agraciados logo nos primeiros anos do Segundo Reinado. José Luiz Gomes tornou-se barão de Mambucaba em 1854. Afinado politicamente a esses potentados – todos eles quadros importantes do chamado Partido da Ordem – José de Souza Breves filho foi Comandante Superior da Guarda Nacional nos municípios de Pirai e Itaguaí (1844) e deputado na Assembleia provincial do Rio de Janeiro em três legislaturas (1838-1843; 1844-1845; 1848-1849). Seu irmão, Joaquim José de Souza Breves, se do ponto de vista político constituía exceção em vista de sua atuação nas fileiras liberais (com participação importante no levante de 1842), também foi por várias vezes deputado na Assembleia provincial do Rio de Janeiro (1842-1843; 1846-1847; 1848-1849), e, em 1846, presidente da Câmara Municipal de Pirai.³⁴

Com pares de outros municípios do Vale do Paraíba, esses grandes fazendeiros de café foram os maiores responsáveis pela reabertura do tráfico transatlântico ilegal de escravos para o Brasil na segunda metade da década de 1830. Nesses anos, os irmãos Breves, em associação com o barão de Pirai, tornaram-se eles próprios agentes negreiros, com uma organização

empresarial bastante complexa para fazer frente à pressão antitráfico britânica em águas africanas e brasileiras. Afora isso, os potentados de Pirai expressaram sua militância pró-tráfico nas instâncias formais de representação política, apoiando e subscrevendo o conteúdo das várias petições que foram endereçadas à Assembleia provincial do Rio de Janeiro e ao Parlamento imperial demandando a anulação da Lei de 7 de novembro de 1831 e a legalização do tráfico transatlântico de escravos, sob o argumento de que ele era imprescindível para a riqueza do Império, escorada na exportação de café. Essa campanha teve desdobramentos práticos: em 1840, três anos após a instituição do município, havia 11.186 escravos em Pirai, equivalendo a 64,91% do total de habitantes, número que cresceu para 19.090 cativos em 1850, ou quase três quartos do total de habitantes. Em pouquíssimas regiões do Brasil o desequilíbrio demográfico entre senhores e escravos chegou aos patamares verificados em Pirai durante a vigência do tráfico ilegal.³⁵

Em conjunto e do ponto de vista não tão imediato e de maior alcance da conformação das relações sociais e do Estado, a atuação desses fazendeiros na esfera local, provincial e imperial assinala um momento decisivo na formação da classe senhorial, na qual eles fizeram valer sua voz em relação ao Estado nacional por meio de uma articulação política específica: o Regresso conservador. Atores importantes da consolidação da hegemonia saquarema durante a década de 1840, os fazendeiros de Pirai foram, portanto, peças-chave para a construção do desenho institucional do Segundo Reinado.

Para escoar o volume cada vez maior de café obtido com uma escravaria em crescimento, o melhoramento das vias que serviam ao sistema de transporte baseado em mulas era imprescindível. Nesse campo, os grandes fazendeiros de Pirai contaram com o suporte técnico do engenheiro militar Conrado Jacob de Niemeyer, responsável, entre 1837 e 1839, pela Primeira Seção da Diretoria de Obras Públicas da Província do Rio de Janeiro, que abrangia todo o litoral sul e a zona ocidental do Vale do Paraíba fluminense. Sua trajetória e algumas de suas realizações como funcionário público graduado, particularmente quando esteve à frente da fazenda nacional de Santa Cruz, na década de 1840, expressam a constituição da classe dos fazendeiros escravistas do Centro-Sul, especialmente da região da Bacia do Paraíba

33 A informação sobre a construção do Paço Municipal pode ser lida no *Almanack Laemmert Provincial do Rio de Janeiro* para o ano de 1875, p. 185-186; sobre a reconstrução da matriz de Pirai, ver o *Relatório do presidente de província do Rio de Janeiro* para os anos de 1840 (p. 31-32) e 1842 (p. 4).

34 Informações obtidas no *Almanack Laemmert do Rio de Janeiro* (Corte e província) para os anos de 1844 a 1848. Sobre a atuação política dos irmãos Breves, ver também LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. *O império dos Souza Breves nos oitocentos: política e escravidão nas trajetórias dos comandadores José e Joaquim de Souza Breves*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. p. 78-121.

35 Sobre os Breves como traficantes nos anos 1840, ver LOURENÇO, 2010; sobre a campanha pela reabertura do tráfico, PARRON, 2011, p. 121-252; sobre a demografia de Pirai, SALLES, 2008, p. 258-259.

e do Médio Vale do Paraíba, em classe senhorial.³⁶ Isto é, em uma classe nacionalmente dominante, de base territorial, assentada sobre determinadas relações de produção, escravistas, e sobre uma economia, produtora de commodities para o mercado mundial capitalista, cuja dominação se reproduzia por sua interseção com o Estado imperial.

No verão de 1836-1837, as três pontes da freguesia de Sant'Anna do Pirai haviam sido levadas em uma grande enxurrada. Uma delas, orçada em três contos de réis, teve metade de seus custos de reconstrução bancados por José Gonçalves de Moraes, que puxou uma subscrição local para cobrir o restante dos gastos. Outra, “na porção da Estrada que de Angra conduz a São João do Príncipe”, também foi recomposta à custa de particulares, neste caso com José de Souza Breves à frente. Nas duas pontes, o técnico responsável foi Niemeyer. No ano seguinte, o futuro barão de Pirai solicitou a Niemeyer que preparasse um projeto para a construção de uma ponte “suspensa de ferro” sobre o rio Paraíba na altura da ponte da Escuma, para ligar a fazenda de Três Saltos à sua unidade satélite do outro lado do rio, além, é claro, de servir aos demais transeuntes. Conforme se lê no relatório provincial de 1839, “essa empresa é sem dúvida importante, atenta a largura do caudaloso Paraíba, e a afluência de tropas e passageiros, que há de trazer o melhoramento dessa estrada, muito principalmente se a levarem até o extremo da Província”. Ao que tudo indica, o projeto não chegou a ser realizado, o que não impediu Niemeyer de continuar prestando seus serviços aos grandes fazendeiros de Pirai. Em 1838, ele projetou e construiu uma grande ponte sobre o rio Pirai, bancada por Raymundo de Souza Breves.³⁷ Nesses anos em que ocupou a diretoria da 1ª Seção de Obras Públicas, Niemeyer, além de se responsabilizar pelo estabelecimento dos limites dos municípios de Valença, Pirai, Barra Mansa e Resende, realizou trabalhos cartográficos com vistas à composição de uma carta geral da província do Rio de Janeiro, cujos exemplares foram colocados à venda em 1840.³⁸

36 Para o conceito histórico de classe senhorial, ver MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1987; e SALLES, 2008, primeira parte.

37 VIEIRA, José Ignácio Vaz. *Sem título*. Niterói: Typographia Nictheroy de Rego, 1837. p. 48-49; SOUSA, Paulino José Soares de. *Discurso*. Niterói: Typographia Nictheroy de Rego, 1838. p. 61; Id. *Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro... para o anno de 1839 a 1840*. Niterói: Typographia de Amaral & Irmão, 1851. p. 52.

38 Mapa disponível no sítio da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: NYEMEIER, Conrado Jacob de. *Carta da Província do Rio de Janeiro, 1840*. Rio de Janeiro: Lit. do Arquivo Militar, 1849, 32 x 46,3 cm. Disponível em: <www.bn.br>.

Durante a segunda metade da Regência, enquanto Niemeyer trabalhava na 1ª seção, a fazenda imperial de Santa Cruz foi gerida pelo coronel Francisco Gonçalves Fernandes Pires, administrador-geral de 1834 a 1840, e, por portaria de 30 de junho do último ano, superintendente. Em seu período à frente da propriedade nacional, a produção de arroz foi finalmente recomposta após décadas de abandono, e concluída a ala direita do palácio conforme projeto de Pezerat, que também desenhou o novo edifício do Curtume, mais próximo das feições de um grande solar do que de um local de produção. Os conflitos fundiários do Primeiro Reinado haviam se tornado passado após o Decreto de 25 de novembro de 1830 e a queda de D. Pedro I: Fernandes Pires manteve boas relações com os foreiros, elevou as rendas da fazenda, e morreu no exercício do cargo em 1 de novembro de 1846. Nessa altura, o palácio de Santa Cruz era o preferido do jovem imperador D. Pedro II, peça essencial nas engrenagens do complexo de expressão simbólica do poder monárquico. Sua troca por Petrópolis, cuja cidade e palácio começaram a ser construídos após 1844, só se deu após a morte do príncipe varrão em Santa Cruz, no verão de 1850.³⁹

Cinco dias após o falecimento de Fernandes Pires, Conrado Jacob de Niemeyer foi nomeado por D. Pedro II como novo superintendente da fazenda de Santa Cruz. Nascido em Lisboa, em 1788, pertencente a uma família de engenheiros militares alemães que se deslocara para Portugal no século XVIII, Niemeyer mudou-se para o Brasil em 1809. Fez parte das tropas que combateram as revoluções pernambucanas de 1817 e 1824, e atuou como comandante de armas do Ceará nos anos 1820. Como vimos, entre 1836 e 1839 realizou numerosas obras na zona ocidental do Vale do Paraíba fluminense. Ao deixar o cargo, o conhecimento acumulado na região lhe permitiu contratar, como empreiteiro particular, as obras de reconstrução da Estrada do Comércio. Quando as realizava, participou, como projetista, da construção da Igreja Matriz de Vassouras. Em 1843, Niemeyer também cuidou de obras de reparação no sistema hidrográfico de Santa Cruz.⁴⁰ O contrato de construção com a província do Rio de Janeiro foi encerrado em 1844, ano em que Niemeyer publicou, na imprensa do Rio de Janeiro, um

39 FREITAS, 1987b, p. 131-134, 294, 400.

40 Notícia fornecida em *O Brasil*, em 30 de março de 1843. Sobre a trajetória de Niemeyer, ver também PEIXOTO, R.A. A carta de Niemeyer de 1846 e as condições de leitura de produtos cartográficos. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 299-318, jan.-dez. 2004.

mapa da Estrada do Comércio, e em que assinou com o poder provincial um acordo adicional para sua manutenção.⁴¹

Em 1846, Niemeyer aceitou o convite do imperador para assumir a Superintendência da fazenda de Santa Cruz. Sua vasta experiência no serviço público o habilitava para a tarefa, mas o que possivelmente motivou a escolha final de D. Pedro II foi a *Carta Geral do Império do Brasil*, lançada em 1845 e premiada pelo imperador no ano seguinte, além, é claro, dos relevantes serviços que já havia prestado aos fazendeiros do Médio Vale do Paraíba e à Província do Rio de Janeiro. Niemeyer exerceu a função em Santa Cruz de novembro de 1846 a março de 1856. Nesse longo período, uma de suas medidas foi justamente a composição do mapa de 1848, objeto deste artigo.

Segundo Benedicto Freitas, durante a administração Niemeyer, a sala da Superintendência era decorada com uma planta topográfica da fazenda, “em vistosa moldura dourada”. O historiador da propriedade também informa que, por cem cópias litográficas do mapa, pagou-se à sociedade Heaton & Rensburg a quantia de 265\$000. A firma fora fundada em 1840 pelo inglês Georges Mathias Heaton e pelo holandês Eduard Rensburg. Dentre seus múltiplos trabalhos de impressão, que incluiu as ilustrações do *Brasil pitoresco* de Victor Frond, a dupla ganhou a reputação de serem os melhores litógrafos de mapas do Império do Brasil, ainda que seu campo mais rentável fosse a impressão de partituras musicais. Anúncios da firma no *Diário do Rio de Janeiro* e no *Correio Mercantil* da década de 1840 permitem avaliar o valor relativo que foi cobrado para a composição do mapa de 1848. As partituras impressas pela Heaton & Rensburg eram vendidas a um valor de 500 a 1.000 réis cada, ou seja, a um preço unitário bem maior do que a firma recebera para imprimir os 100 exemplares de Santa Cruz. Ademais, nossa pesquisa não logrou encontrar anúncios de venda do mapa de Santa Cruz na imprensa da Corte, ao passo que vários outros propagandearam a venda, por subscrições, da *Carta Geral do Império do Brasil*. Por conseguinte, pode-se aventar a hipótese de que Niemeyer encomendou a impressão do mapa de Santa Cruz para ofertá-lo como presente. Para

quem, não sabemos com precisão, mas podemos supor pelo exame de seus critérios de organização visual.⁴²

Um rápido cruzamento das informações constantes do Registro Paroquial de Terras para a freguesia de Sant’Anna do Pirai, lavrado entre maio de 1854 e janeiro de 1856, com o que vemos no mapa de 1848, permite perceber que as múltiplas unidades anotadas com nomes próprios (de indivíduos, de núcleos familiares ou de fazendas) não equivaliam ao que os contemporâneos compreendiam exatamente como as fronteiras das propriedades rurais dessa região.⁴³ Niemeyer se valeu da produção cartográfica anterior das sesmarias distribuídas entre 1730 e 1823 para projetá-las no mapa da fazenda de Santa Cruz. Sesmarias essas que foram bastante reconfiguradas no processo de montagem das fazendas de café. Como a historiografia vem demonstrando, a cartografia da estrutura fundiária no Brasil encontrou limites intransponíveis para se realizar ao longo do século XIX.⁴⁴ A própria natureza do primeiro “cadastro nacional” de terras, o Registro Paroquial dos anos 1850, ao envolver apenas declarações verbais sobre o que eram os limites de cada propriedade, porém sem quaisquer atos de mapeamento, bem o comprova.

Houve uma lógica clara na nomeação que Niemeyer adotou para registrar as fazendas de café que faziam fronteira com as terras da imperial fazenda de Santa Cruz. Para comprovar isso, basta uma mirada na faixa ao longo do rio Paraíba. Na Imagem 6, observa-se como o engenheiro militar fez questão de inscrever no espaço ou o nome dos grandes potentados cafeeiros, envolvidos ou não no abaixo-assinado de 1828 contra D. Pedro I (“Terras dos Breves”, major José Luiz Gomes, major José Luiz Gomes e Faro, João Pereira do Faro, marquês de Baependi etc.), ou das propriedades que os vinham notabilizando (Mangalarga, Três Saltos, o coração das atividades do barão de Pirai, Botafogo, Campo Alegre, propriedades de um de seus genros, o barão de Vargem Alegre, Sant’Anna, o coração das atividades de Pereira Faro etc.). A toponímia empregada pelo mapa marcava claramente o domínio desses homens e de suas fazendas sobre a paisagem da província

41 O mapa pode ser consultado no sítio da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Sua referência é a seguinte: NYEMEIER, Conrado Jacob de. *Planta hydro-topographica da Estrada do Commercio entre os rios Iguassu e Parahiba*. Rio de Janeiro: Heaton e Rensburg Lith, 1844. 80 x 17 cm. Disponível em: <<http://www.bn.br>>.

42 FREITAS, 1987b, p. 20. Sobre a Heaton & Rensburg, ver HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 148, e CARDOSO, Pedro Sánchez. *A lithos: edições de arte e as transições de uso das técnicas de reprodução de imagens*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Pontífice Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2008. p. 60-62. Os anúncios podem ser lidos em *Diário do Rio de Janeiro*, em 20 de setembro e 12 de dezembro de 1845; 16 de junho, 13 de julho e 21 de dezembro de 1846; 28 de outubro e 4 de novembro de 1847; e no *Correio Mercantil* de 4 de abril de 1849.

43 O referido registro pode ser consultado no sítio do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (<http://www.aperj.rj.gov.br/>)

44 Ver, em especial, MOTTA, M., 2008; e SILVA, 1996.

do Rio de Janeiro. Além do mais, se voltarmos para a Imagem 5, vemos que, em 1848, como resultado da Lei de 25 de novembro de 1830, a zona dos grandes cafeicultores se encontrava definitivamente fora da alçada da imperial fazenda de Santa Cruz.

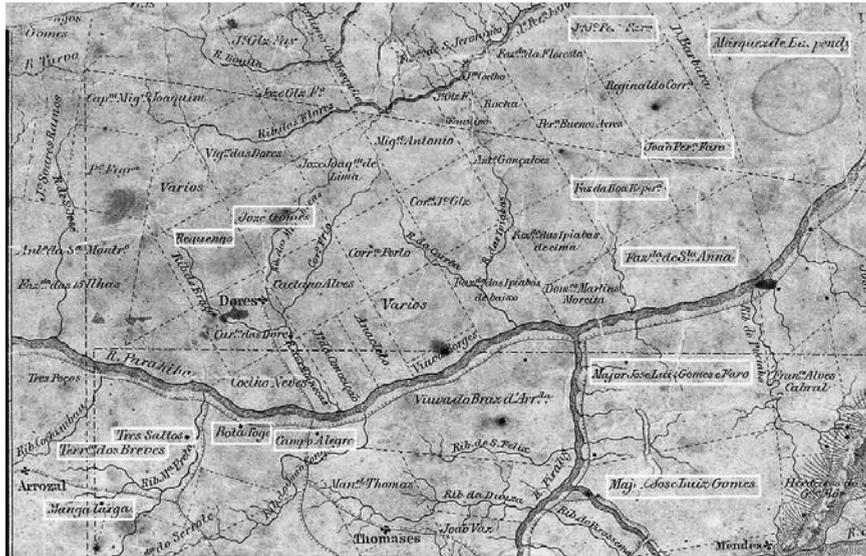


Imagem 6: detalhe da Imagem 1.

Há que se ressaltar, por fim, a bissegmentação da litografia e o sentido da inscrição, no seu lado direito, da vista frontal do palácio imperial e da planta do complexo de edificações de seu povoado (Imagem 7). A mensagem era clara: por meio dessa organização visual, o poder do imperador e o poder dos fazendeiros se tornavam estritamente articulados: enquanto o primeiro reconhecia sem questionamentos o domínio dos segundos sobre serra acima e a importância deles para a economia e a ordem social do Império do Brasil, estes se subordinavam espacial e simbolicamente ao seu monarca. Todos sabiam que o fundamento da riqueza dos fazendeiros residia no domínio de terras e de homens, ou seja, sobre uma estrutura fundiária cujo estatuto era relativamente incerto e sobre seres humanos ilegalmente escravizados conforme a legislação do próprio país. Composto antes de 1850, isto é, antes do encerramento definitivo do tráfico negreiro transatlântico e da aprovação da Lei de Terras, o mapa de Niemeyer promovia uma associação visual direta entre os fazendeiros do Vale do Paraíba e D.

Pedro II, que, aliás, os visitara em janeiro daquele ano de 1848, prestando-lhes as devidas deferências pelo papel central que vinham desempenhando para a construção da ordem institucional do Segundo Reinado.⁴⁵



Imagem 7: detalhe da Imagem 1.

D. Pedro I quisera se impor a esses fazendeiros, que haviam se constituído em uma de suas principais bases de ascensão ao trono do Império do Brasil, e por essa razão foi destronado. Seu filho subiu e manteve-se no poder pelas mãos desses mesmos fazendeiros. Reinou por quase meio século. Quando finalmente foi derrubado, junto com o regime monárquico, por um golpe militar, o mundo da classe senhorial, com a abolição da escravidão, encontrava-se em processo de desagregação. Outros fazendeiros e outro regime estavam no horizonte, mas isso é assunto para outra ocasião.

45 Sobre a visita de D. Pedro II ao Vale em 1848, ver TELLES, Augusto Carlos da Silva. A visita de D. Pedro II a Vassouras. RIHGB, Rio de Janeiro: IHGB, n. 290, jan.-mar. 1971.

* Rafael Marquese agradece ao CNPq pela bolsa de produtividade em pesquisa a que este texto se vincula, e Ricardo Salles, ao Pronem-Faperj. Os autores agradecem ainda a todos os membros do Grupo Interinstitucional de Pesquisa *O Vale do Paraíba e a Segunda Escravidão* (parte da *Second Slavery Research Network*), a Leila Vilela Alegrio, quem primeiro nos chamou a atenção para o mapa de 1848, e a Iris Kantor, pelas conversas sobre Conrado Jacob de Niemeyer. O texto faz parte de uma pesquisa mais ampla que resultará em livro, cujo título provisório é *Escravidão, Café e Poder: a vila de Pirai, o Império do Brasil e a economia mundial, 1763-1889*.